

ARTIGO

A CENTRALIDADE DO TRABALHO EM DEBATE: NOTAS PARA UM BALANÇO HISTÓRICO E APONTAMENTOS PARA O PRESENTE E FUTURO DA LUTA DE CLASSES

THE CENTRALITY OF WORK IN DEBATE: NOTES FOR A HISTORICAL BALANCE AND APPOINTMENTS FOR THE PRESENT AND FUTURE OF THE CLASS STRUGGLE

RICARDO NORMANHA¹

RESUMO

A reestruturação produtiva no último meio século e suas consequências no mundo do trabalho fizeram emergir no campo das Ciências Sociais debates que colocaram em questão a centralidade do trabalho para a compreensão das novas dinâmicas do capitalismo. Deste debate participaram nomes como André Gorz, Claus Offe e Jürgen Habermas, por um lado e por outro, autores como István Mészáros, Sérgio Lessa e Ricardo Antunes. Ao retomar na obra marxiana a dimensão mais ampliada da categoria trabalho e situá-lo em sua perspectiva ontológica, é possível compreender a complexidade das formas de trabalho no capitalismo contemporâneo analisando-o a partir das suas metamorfoses e do surgimento de novas – e precárias – formas de assalariamento.

PALAVRAS-CHAVE: Centralidade do trabalho; reestruturação produtiva; Toyotismo; luta de classes.

ABSTRACT

The productive restructuring in the last half century and its consequences in the world of work have given rise to debates in the field of Social Sciences that called into question the centrality of work for the understanding of the new dynamics of capitalism. This debate included names like André Gorz, Claus Offe and Jürgen Habermas, on the one hand and

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Professor substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC) da Faculdade de Educação da Unicamp. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3510-4649>

on the other, authors such as István Mészáros, Sérgio Lessa and Ricardo Antunes. By resuming in the Marxian work the broader dimension of the work category and placing it in its ontological perspective, it is possible to understand the complexity of the forms of work in contemporary capitalism by analyzing it from its metamorphoses and the emergence of new - and precarious - forms of wage.

KEYWORDS: Centrality of work; productive restructuring; Toyotism; class struggle.

Introdução

O desenvolvimento técnico-científico aplicado à produção de mercadorias no capitalismo impôs, em todos os momentos históricos, a necessidade de reflexão sobre qual o espaço ocupado pela máquina e pelo trabalho humano nos processos produtivos. Foi assim com o advento do maquinário industrial no século XVIII, que provocou profundas transformações na forma de se produzir mercadorias, substituindo parte da força humana pelas máquinas ao mesmo tempo em que massificou a produção e ampliou a demanda por esta mesma força humana de trabalho. Ao longo dos séculos XIX e XX, a humanidade viu o pleno desenvolvimento da eletrônica, informática e o processo de automação e robotização da produção industrial. Nas primeiras décadas do século XXI, presenciamos o desenvolvimento da chamada Indústria 4.0 e surgimento da Inteligência Artificial, abrindo o caminho para a ressurgência do debate em torno do lugar do trabalho humano nas sociedades contemporâneas, em especial, naquelas que gozam de pleno desenvolvimento técnico-científico.

O objetivo deste artigo consiste em realizar um breve balanço acerca do debate em torno da centralidade do trabalho que emergiu no

mundo capitalista nas últimas décadas do século XX, em especial nos países centrais do capitalismo, no contexto da reestruturação produtiva e a emergência do regime de acumulação flexível, ancorado no modelo que ficou conhecido como Toyotismo. Complementarmente, buscarei apontar as permanências em torno do debate no contexto atual, reiterando a necessidade de se colocar em relevância a atualidade dos conceitos de classe social e luta de classes.

Ao longo das décadas de 1950 e 1970 os países centrais do capitalismo viviam sua “era de ouro” (FIORI, 1997). Desfrutavam dos grandes avanços propiciados pelas estruturas dos Estados de Bem-Estar Social, no qual estavam combinados desenvolvimento econômico, acumulação de capital e garantias sociais – atreladas à condição salarial - ao conjunto da população, possível em um cenário de pleno emprego.

Este momento de desenvolvimento a pleno vapor tanto dos países capitalistas quando da experiência socialista soviética, colocaram em relevância a questão do futuro do trabalho nas sociedades industriais. Nas sociais-democracias europeias, era dominante a ideia de que os Estados de Bem-Estar Social representavam a evolução do modo de produção capitalista e que este processo de desenvolvimento se constituía como tendência universalizante. Neste sentido, o Estado figura como a expressão da correlação política das forças sociais e, em um quadro específico desta correlação de forças, seria a representação do conjunto dos interesses da sociedade². Aqui cabe ressaltar que algumas noções centrais ao arcabouço

² Esta concepção de Estado se aproxima, em certa medida, daquela elaborada por Hegel, em que o Estado é a vontade livre, tornada autoconsciente e universal em que se realiza a noção de Estado como a unidade dos opostos, como síntese (MARX, 2005; LÉVI-BRUHL, 2013).

conceitual da esquerda – pensada em amplo espectro – vão se tornando cada vez mais turvas e os conceitos de classes sociais e luta de classes ocupam espaços cada vez mais restritos nos discursos e práticas políticas de partidos, sindicatos e movimentos ligados à classe trabalhadora. Nota-se que, mesmo no campo da esquerda, a concepção de Estado se distancia da teoria formulada por Marx e Engels e atualizada por Lênin, na qual o Estado, no capitalismo, é um instrumento de dominação e exploração do proletariado pela burguesia e seria produto do antagonismo “inconciliável” das classes (LÊNIN, 1978).

Associada a esta concepção de Estado, o ideário social-democrata compreendia que o desenvolvimento das forças produtivas fundamentadas no fordismo, propiciariam a conformação de um patamar técnico no qual o trabalho humano manual seria paulatinamente substituído pela automação industrial, levando à extinção daquilo que tradicionalmente se denominava de classe operária. Neste cenário vislumbrado e no qual significativos campos da esquerda embarcaram, a extinta classe operária se transformaria numa nova e imensa classe média, que desfrutaria tanto dos direitos sociais assegurados pelo Estado quando dos bens de consumo produzidos pela indústria capitalista.

Se a centralidade do trabalho já estava posta em questão durante os anos gloriosos do modelo de desenvolvimento baseado no Estado de Bem-Estar social, cujo regime de acumulação correspondia ao fordismo, a crise estrutural que assola o capitalismo já na década de 1970 e a necessidade de reestruturação produtiva promoveu o aprofundamento das teses sobre o fim do trabalho e o deslocamento das análises sociológicas para outras chaves de compreensão e categorias analíticas. O advento de uma nova

forma de organização da produção de mercadorias estruturada sobre a flexibilidade da produção e o emprego cada vez mais acentuado de tecnologias de automação e robotização parecia apontar para a cristalização de um processo que já havia sido preconizado no modelo fordista, de que a força de trabalho humana manual tenderia à sua redução absoluta, chegando enfim a sua superação pela máquina.

Transformações do capitalismo e as metamorfoses do mundo do trabalho

O início da década de 1970 marca o processo de acirramento da crise estrutural³ do capitalismo (MÉSZÁROS, 2009), caracterizado pelo esgotamento do padrão de acumulação fordista e, em consequência do modelo de desenvolvimento ancorado no Estado de Bem-Estar Social. Esta crise exigiu profunda reformulação e reestruturação dos processos produtivos e teve como consequência a alteração da própria dinâmica de acumulação do capital. Embora o marco histórico desta crise seja o início dos anos de 1970, é necessário voltar ao final da década anterior para compreender melhor as raízes desta crise. Múltiplos fatores, distintos e articulados, concorrem no sentido do esgotamento do padrão de acumulação fordista e da crise capitalista.

³ Por crise estrutural entende-se aqui um processo cumulativo e permanente da crise endêmica do modo de produção capitalista no qual todas as esferas da vida social são atingidas revelando a tendência destrutiva do capital. Mézszáros (2009) utiliza o termo “estrutural” para diferenciar este processo das crises conjunturais do capitalismo ou aquelas causadas por fatores externos ao próprio sistema do capital.

A partir do final da década de 1960, a intensificação dos conflitos sociais, marcado essencialmente pela luta de classes apontam para o esgarçamento da “paz social” construída a partir do consenso ancorado no pleno emprego – inerente ao padrão fordista de acumulação – e nas políticas de garantia de direitos sociais associados à condição salarial, que marcou o modelo de desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. Importantes greves do movimento operário, muitas delas seguidas de ocupação de fábricas, em diferentes países do capitalismo central – mas também no bojo de acirradas lutas anticoloniais, de libertação nacional e revolucionárias na periferia do sistema capitalista⁴ – colocavam na pauta de negociações, além das questões econômicas de primeira ordem (salários, benefícios, jornada de trabalho, etc.), também a demanda pelo controle da produção por parte dos trabalhadores. As garantias sociais do Estado de Bem-Estar Social já não se mostravam suficientes como amortecedores da luta de classes, revelando assim o fundamento alienante e desumanizador do trabalho atomizado, parcelar e mantido sob o despotismo fabril da fábrica fordista, administrada cientificamente pelo modelo taylorista.

À intensificação da luta de classes, adormecida durante anos de aparente “paz social”, alia-se também outro fator determinante para a crise estrutural do capital. A produção de mercadorias estruturada sob o binômio fordismo-taylorismo esbarra em um limite próprio de sua dinâmica. A produção em larga escala de mercadorias estandardizadas voltadas ao

⁴ Por exemplo, as greves dos metalúrgicos de Osasco (SP) e Contagem (MG) em 1968, que mostraram uma intensa articulação do movimento operário brasileiro em meio à ditadura militar e os protestos operário-estudantil no México, no mesmo ano, que resultou no episódio conhecido como Massacre de Tlatelolco. Ver mais em Ponge (2009).

consumo massificado atinge seu contorno máximo com a saturação do mercado consumidor. A retração do consumo é ainda mais significativa com a explosão dos preços do barril de petróleo, cujo marco histórico é a crise deflagrada em 1973,⁵ acarretando o aumento generalizado dos preços das mercadorias, criando mais um obstáculo para a manutenção dos níveis de consumo típicos do padrão fordista. De acordo com Mota (2009),

As crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas. Em outras palavras, quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista. Para isso, não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro para, rapidamente, retornarem ao incessante processo de acumulação do capital: produção/circulação/consumo (MOTA, 2009, p. 2).

Neste sentido, observa-se o acirramento da crise capitalista a partir da queda tendencial da taxa de lucros, inerente ao próprio funcionamento do capital.⁶

⁵ A crise do petróleo de 1973 refere-se à decisão dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar significativamente o custo do barril e está relacionada com uma série de conflitos envolvendo Israel, aliado estratégico dos Estados Unidos no Oriente Médio, e países árabes membros da OPEP.

⁶ Na investigação empreendida por Marx sobre o funcionamento do capitalismo, destaca-se uma de suas contradições intrínsecas e que pode ser compreendida da seguinte maneira: o aumento da produtividade do trabalho acentua a extração de mais-valia, isto é, do trabalho excedente cristalizado em mercadoria; a mais-valia torna-se lucro no momento em que a mercadoria é comercializada. Aumento de produtividade significa dizer que se produz mais mercadorias em menor tempo e isso se deve, sobretudo, pelo incremento tecnológico aplicado à produção. No entanto, maior produtividade, dentro da lógica concorrencial do mercado capitalista, se traduz em redução do preço da mercadoria. Assim, o aumento da produtividade – e, portanto, de extração de mais-valia relativa – torna as mercadorias mais baratas, reduzindo assim a taxa de lucro.

A crise em curso acentua o processo de financeirização da economia que pode ser traduzido pela autonomia relativa do setor financeiro em relação ao setor produtivo/industrial, sintetizado pelo movimento de migração do capital da esfera produtiva para a esfera financeira (BATISTA; MORAES, 2012). Sob a forma de aplicação em ativos financeiros, o capital se valoriza por meio dos juros e, em certa medida, se desvincula do processo produtivo industrial, reduzindo drasticamente o reinvestimento dos lucros industriais na esfera produtiva.⁷ O setor financeiro se torna o setor prioritário para a especulação. Associado a este processo, observa-se também o movimento de concentração de capitais por meio da fusão de empresas monopolistas e oligopolistas (ANTUNES, 2009).

A crise fiscal dos Estados de Bem-Estar social não é fator de menor importância para a compreensão das transformações que marcam o período. A queda da lucratividade do setor industrial reduz a arrecadação do Estado e a necessidade de corte de gastos, políticas de austeridade e a diminuição drástica das políticas sociais são elementos preponderantes na conformação do cenário em que a reestruturação da produção capitalista e, portanto, do metabolismo social do capital, se colocam. O que se nota é a transferência de serviços do Estado para a iniciativa privada, revelando a primazia do mercado na regulação da vida social. Em outras palavras, o esgotamento do regime de acumulação fordista-taylorista tem como consequência a necessidade de reformulação do modelo de

⁷ Cabe mencionar que esta autonomia do capital financeiro em relação ao capital produtivo/industrial é relativa na medida em que o capital investido na especulação tem sua origem na esfera da produção de mercadorias. A “autovalorização” do capital deve, portanto, ser pensada como a aparência de um processo complexo de acumulação de capital. Ver mais em Batista e Moraes (2012).

desenvolvimento subjacente. Neste sentido, o neoliberalismo emerge como resposta à crise estrutural do capitalismo, promovendo a reorganização do capital ao passo que também opera como sistema ideológico e político de dominação (Idem).

A resposta do capital para superar sua crise consiste na adoção – lenta, gradual e marcada por processos de sobreposição e coexistência entre modelos distintos – de um regime de acumulação flexível no qual a flexibilidade está inscrita nos processos de trabalho, na produção das mercadorias, no mercado de trabalho, nas próprias mercadorias, nos padrões de consumo e nas formas de regulação da dinâmica social. Surgem novos setores de produção, serviços e mercados, sempre atrelados à inovação comercial, tecnológica e organizacional. A informática e a microeletrônica revolucionam as formas de se produzir mercadorias e serviços, garantindo o crescimento da produtividade dos processos e empregando novos ritmos de produção e trabalho ao mesmo tempo em que desempregam trabalho humano. Desassocia-se, portanto, o crescimento econômico dos níveis de emprego (SILVA, 1995).

O Toyotismo, modelo de organização da produção emblemático deste processo de reestruturação, caracteriza-se, entre outros elementos, pela produção de mercadorias e serviços conduzida pela demanda, tendo como orientação a minimização dos estoques. O atendimento desta demanda busca otimizar o tempo de produção, estoque, transporte e estoque, promovendo a reposição das mercadorias após a realização efetiva de sua venda e envolvendo um número consideravelmente reduzido de trabalhadores. Estes, por sua vez, devem ser polivalentes, aptos a desempenharem múltiplas funções e, portanto, flexíveis.

A produção flexível promove também a horizontalização da cadeia produtiva, intensificando a articulação das empresas principais com subcontratadas e terceirizadas, sobretudo na produção de elementos e peças básicas. Vale ressaltar que os métodos flexíveis se expandem para toda a rede de fornecedores e da cadeia produtiva.

No mundo do trabalho as consequências destas transformações se manifestam por meio de múltiplos processos: a redução significativa dos trabalhadores industriais, tanto como consequência dos níveis crescentes de desemprego, como pela migração de força de trabalho para o setor de serviços, caracteriza um movimento de desproletarização do trabalho; a classe trabalhadora adquire também uma feição heterogênea e complexa que não é mais facilmente remetida à figura do operário-massa; intensificam-se também os processos de subproletarização, isto é, ampliam-se as formas de trabalho atípicas, em tempo parcial, temporária, subcontratada, terceirizada, informal e precária. Revela-se, portanto, um cenário no qual impera a precariedade do trabalho, traduzida pela desregulamentação das condições de trabalho e regressão dos direitos sociais. No mercado de trabalho, a tônica do modelo de organização da produção toyotista/flexível, articulado com o componente político ideológico do neoliberalismo é a garantia de se poder contratar com facilidade e demitir com mais facilidade ainda.

O modelo toyotista trouxe para o mundo do trabalho uma outra dimensão: a demanda pelo controle da produção pautada pelo movimento operário no final da década de 1960, sob o padrão de acumulação flexível se traduziu na aproximação dos trabalhadores das decisões da empresa. Convidados a participar, sob tutela, do controle de qualidade e das

iniciativas de inovação, os trabalhadores passam a ser chamados de colaboradores e são incitados a “vestir a camisa da empresa”. Nesta nova cultura organizacional, a administração participativa opera como poder ideológico na captura da subjetividade operária. Desta forma, em relação ao fordismo, o Toyotismo representa um salto qualitativo no processo de racionalização do trabalho. Mas, conforme aponta Alves (2000), “As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiram, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista” (ALVES, 2000, p. 35). Neste sentido, mais do que um trabalho exclusivamente mecânico, como no fordismo, o modelo toyotista requer um trabalho intelectualizado na medida em que demanda dos trabalhadores não apenas sua capacidade de executar tarefas, mas também sua responsabilidade como gestor da produtividade do trabalho.

Fim da sociedade do trabalho?

O cenário desenhado pela reestruturação produtiva e a nova organização do capital, e conseqüentemente, do metabolismo social imposto pelo modo de produção, fizeram reavivar as teses que colocam em xeque a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo e que preconizavam o fim da sociedade do trabalho. Foram diversas os autores que se debruçaram sobre o tema, entre os quais pode-se destacar Claus Offe, André Gorz, Antonio Negri, Jürgen Habermas, entre outros. Vale destacar que muitas destas teses foram elaboradas e difundidas por teóricos inscritos – pelo menos até então – na tradição marxista de pensamento. A

proposição de teorias que se contrapunham a teoria do valor trabalho de Marx e a negação da dimensão ontológica do trabalho, fazem com que muitos destes pensadores sejam considerados, dentro das Ciências Sociais, como expoentes das correntes neomarxistas, ou seja, as escolas de pensamento que tiveram a pretensão de superar a tradição materialista histórica dialética, inaugurada por Marx e Engels.

Neste sentido, buscando contrapor as novas configurações das sociedades ocidentais pós-reestruturação produtiva às características das chamadas sociedades industriais ou sociedades do trabalho no contexto das transformações do capitalismo⁸, os diferentes autores buscarão evidências de que a nova sociedade que se estabelece não pode ser observada pela mesma perspectiva que orientava a análise do capitalismo em sua fase industrial, tal como fez Marx. O sociólogo alemão Claus Offe (1989), por exemplo, parte da constatação de que o trabalho se encontra em tal estágio de diversificação e heterogeneidade após as transformações do capitalismo a partir dos anos de 1970 que não se pode inscrever no trabalho o nexo social do complexo de relações sociais. Se nas sociedades industriais a

⁸ Aqui vale uma ressalva importante: não se pode tomar como sinônimos *sociedade industrial/sociedade do trabalho* e *capitalismo*. A ressalva feita por Raymond Aron (1981) leva em conta que a sociedade soviética, sobretudo no auge de seu desenvolvimento, reunia as características fundamentais de uma sociedade industrial / do trabalho (centralidade da fábrica como empresa gerenciada pela racionalidade econômica, o trabalho assalariado liberado dos laços feudais e como meio de subsistência e a existência de uma forte ética do trabalho operando como mecanismo de validação moral), mesmo não sendo uma sociedade capitalista. Desta forma, Aron atenta para a necessidade de se observar duas questões fundamentais: a propriedade dos instrumentos de produção e o modo de regulação. Nas sociedades industriais capitalistas, os instrumentos de produção são propriedades privadas e a regulação das relações econômicas se dá por meio do mercado; já nas sociedades socialistas industrializadas, a propriedade dos instrumentos de produção é estatal e a regulação é centralizada e planificada.

relação entre o trabalho e a existência pessoal se dava a partir da articulação da noção de dever moral (integração social) e de necessidade (integração sistêmica), nas sociedades chamadas de pós-industriais, observa-se a desintegração do trabalho como dever moral. Na mesma direção, constata-se, segundo Offe, o enfraquecimento do poder coercitivo exercido pela ética do trabalho e que o atual momento de racionalização organizacional e técnica caminha para a eliminação do fator humano nos processos produtivos.

Além disso, ainda segundo este autor, as novas configurações das sociedades capitalistas indicam que a redução do tempo de trabalho, em função das novas tecnologias de produção, articulada à descontinuidade biográfica associada à profissão e ao emprego, em virtude dos crescentes índices de desemprego e os processos de terceirização e subcontratação, faz com que o trabalho seja uma experiência como outra qualquer na construção das identidades pessoais e sociais. O desemprego latente faz emergir uma cultura desconectada do trabalho e, muitas vezes, hostil ao trabalho, reduzindo, assim, o estigma negativo do desemprego. A realidade observada pelo sociólogo alemão o permite constatar a existência de diferentes mecanismos de proteção social que garantem as necessidades dos indivíduos independentemente da sua condição de assalariado. Vale ressaltar que Offe elabora suas reflexões em um contexto europeu no qual subsistiam muitas das estruturas fundamentais dos Estados de Bem-Estar social, a despeito da aplicação da agenda de ajustes neoliberais.⁹

⁹ Nesse sentido, vale frisar que as reformas neoliberais iniciadas sobretudo nos EUA e Reino Unido nos anos de 1980, se alastraram para a periferia do mundo capitalista ao longo dos anos de 1990, enquanto muitos países centrais promoveram mudanças mais suaves em suas estruturas de Bem-Estar Social. Esta constatação permite reforçar a

André Gorz, filósofo auto-francês, em seu *Adens ao proletariado: para além do socialismo*, publicado originalmente em 1980, estabelece como elemento chave para a compreensão da sociedade contemporânea a abolição do trabalho e com ela a crise do movimento operário e, conseqüentemente, do marxismo como teoria explicativa e prática política. O incremento tecnológico propiciou um cenário no qual decresce significativamente o trabalho humano socialmente necessário para a produção de bens e serviços e que a atividade de trabalho, paulatinamente, deixa de ser o intercâmbio direto do homem com a matéria. Gorz (1982) compreende que a concepção de trabalho usual é uma construção moderna, fruto do desenvolvimento capitalista. Nesta concepção, o trabalho, exercido na esfera pública, passou a ser o elemento fundamental de coesão social e garantidor de cidadania, ao contrário da concepção de trabalho típica da antiguidade, na qual o trabalho, reservado à esfera privada, estava diretamente associado ao reino da necessidade e se opunha à noção de liberdade, isto é, da ideia de uma conduta moral, tipicamente humana, exercida na esfera pública. Na modernidade, o trabalho adquire uma dimensão de racionalização econômica – sem precedentes na história – em que tempo e dinheiro são noções indissociáveis. Para o autor, portanto, o trabalho como atividade socialmente dominante não pode ser separado das condições históricas que lhe dão origem e, nesse sentido, observar as transformações do capitalismo contemporâneo apontam para a constatação de que as condições históricas sofreram mudanças significativas. Assim, a concepção moderna de trabalho perde hegemonia nas sociedades

dinâmica global da exploração capitalista e o caráter dependente das economias periféricas. Ver mais em Marini (2000).

capitalistas desenvolvidas por diferentes motivos: i) a subdivisão das atividades de trabalho associada à desqualificação da força de trabalho implicam na impossibilidade de condições para a autorrealização do trabalhador no ato de trabalho; ii) a diminuição considerável dos postos de trabalho e o desemprego crescente impedem o ingresso dos indivíduos no mercado de trabalho, impossibilitando o estabelecimento de vínculos destes indivíduos com o trabalho; e iii) a ampliação relativa do tempo livre – entendida aqui como o tempo de não-trabalho – promovida pelas mudanças na organização da produção fazem decrescer a participação relativa do trabalho no conjunto do tempo social (Idem).

A revolução microeletrônica foi objeto de reflexão do francês Benjamin Coriat (1983 *apud* SILVA, 1995). Para este autor, a evolução tecnológica colocou em pauta o fim da possibilidade da produção por parte do operário. Se no modelo fordista/taylorista o ritmo da produção depende do ritmo do trabalho humano, ainda que determinado pelo andamento da esteira, os autômatos e a robotização autonomizam, inclusive, o ritmo da produção. Desta forma, o trabalho vivo, humano, reduz-se à função de comando-vigilância-controle.

Jürgen Habermas, por sua vez, partindo da ideia de que estaríamos vivendo em uma sociedade pós-capitalista, em que os valores de troca não são decisivos, aponta para a perda da força utópica da sociedade do trabalho e, como consequência, da classe trabalhadora como protagonista da transformação social baseada no revolucionamento do modo de produção material. Tendo como referência Offe e Gorz, o pensador alemão ratifica a observação da força decrescente de elementos como o trabalho, a produção e o lucro na definição e desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Para o autor, é necessário promover o deslocamento da utopia para a esfera comunicativa, uma vez que, em sua Teoria do Agir Comunicativo, o ser social não se configura enquanto tal na sua relação com o mundo objetivo (natureza), como preconiza a elaboração de Marx, que apresento mais adiante, mas sim na relação intersubjetiva, na relação de comunicação entre os indivíduos (HABERMAS, 1987). Neste sentido, a linguagem é uma forma de ação e ancora-se na busca pela racionalidade comunicativa, a despeito da racionalidade instrumental.

A proposição habermasiana, desta forma, parte de uma crítica filosófica à Marx na medida em que opera uma substituição da centralidade ontológica do trabalho pela centralidade fenomenológica do mundo da vida na qual impera a racionalidade comunicativa. Para Habermas, na estrutura da linguagem cotidiana está embutida uma exigência de racionalidade pautada pela busca pelo entendimento intersubjetivo (LESSA, 1997).

Na esteira desse movimento, os italianos Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, na obra *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade* (2001) revisam categorias de análise clássicas do marxismo e apontam para a necessidade de renová-las e superá-las, uma vez que a “ortodoxia” do materialismo histórico não conseguia apreender as complexidades do trabalho imaterial que emerge a partir das transformações do capitalismo pós-fordista. A exigência por parte do novo modelo de produção de que os trabalhadores operem, cada vez mais, suas capacidades intelectuais e de tomada de decisões, na leitura de Negri e Lazzarato, indicam um processo de independência, autonomia e humanização do trabalho. Desta forma, a concepção de exploração do trabalho ancorada na extração de mais-valia perde espaço para um processo de trabalho no qual “(...) o ciclo do trabalho

imaterial é pré-constituído por uma força de trabalho social e autônoma, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa" (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 26-27). Os autores ainda observam uma tendência de transformação de todo trabalho material em trabalho imaterial e, portanto, a generalização da mutação da força de trabalho clássica em uma "intelectualidade de massa".

Como se pode observar apenas entre os autores e teses mobilizadas nesta breve explanação, há uma grande diversidade de hipóteses, argumentos e chaves explicativas que indicariam a superação do trabalho como categoria analítica central para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Seja pela compreensão de que o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas levaria a uma redução drástica do uso de força de trabalho humano, tendendo à sua completa eliminação, seja pelo entendimento de que as novas formas de trabalho no mundo pós-fordista representam um novo patamar das relações sociais de produção no qual a incorporação das subjetividades dos trabalhadores indicaria a anulação de categorias como a alienação, exploração e extração de mais-valia.

A dimensão ontológica do trabalho

Em contraposição às diferentes teses que advogavam a perda de centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e a falência da luta de classes e do protagonismo proletário na transformação social, não tardaram em emergir proposições que buscavam apontar as contradições de tais teses e suas incoerências a partir da observação da realidade concreta.

A reestruturação produtiva se inscreve em um processo de desenvolvimento das forças produtivas articulado com a geração de excedente de força de trabalho, revelando o caráter destrutivo do capital. Mas, se é fato que este processo tem levado à redução do trabalho humano vivo na produção de mercadorias, daí não se pode inferir, automaticamente, que o trabalho deixa de ser o elemento central de organização da produção capitalista e, portanto, da sociedade. Além disso, ressalta Lessa (1997), é necessário compreender qual dimensão é acionada quando se refere à categoria trabalho e de que tipo de centralidade está se falando.

Nesse sentido, em primeiro lugar, é fundamental estabelecer o que se compreende por centralidade ontológica do trabalho, tão cara ao pensamento marxiano. Para Marx, o trabalho é o intercâmbio orgânico entre o ser social e a natureza. Mas não um intercâmbio meramente mecânico e instintivo. O trabalho humano se difere da atividade animal por ser teleológico, isto é, por ser previamente concebido no intelecto antes de ser executado. Em uma consagrada passagem d'*O Capital*, Marx afirma:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, pP. 255-256).

Neste intercâmbio, o homem transforma a natureza, mas também transforma a si próprio. Em outras palavras, a transformação da natureza pelo homem pressupõe um nível de conhecimento concreto dos meios e

finalidades dos objetos naturais e na medida em que interage com estes objetos há o confronto entre aquilo que se constituiu como conhecimento subjetivo com a objetividade da realidade, promovendo assim a transformação do nível de consciência e conhecimento que o homem tem sobre o objeto. Para o pensamento marxiano, é o trabalho que distingue o ser humano dos demais animais e, portanto, que constitui o ser humano em ser social. Na atividade de trabalho, o ser humano interage com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens na medida em que a objetivação de seu trabalho não se esgota no ato em si e permanece como elemento com o qual outros indivíduos também interagem com a natureza¹⁰.

É esta concepção de trabalho como fundante do ser social que constitui a base da crítica marxiana ao trabalho alienante, explorado e heterônomo típico da sociedade capitalista. Em sua crítica à Economia Política burguesa de Adam Smith e David Ricardo, Marx coloca em questão a ideia destes economistas de que o trabalho é o produtor de riquezas da humanidade. Para tanto, Marx busca diferenciar a dupla dimensão do trabalho: por um lado, há o trabalho concreto, útil, qualitativo no qual os homens criam os valores de uso necessários à humanidade; é o intercâmbio livre e autodeterminado entre homem e natureza; atividade primária e necessária, presente em todas as formas de sociabilidade (CHAGAS, 2011). Por outro lado, há o trabalho abstrato, heterônomo, determinado não por aquele que realiza a atividade, mas por outro indivíduo que em

¹⁰ Para clarificar esta ideia, pode-se tomar como exemplo um instrumento de trabalho, como o martelo. O martelo é um instrumento, um meio de trabalho – de transformação da natureza – mas é, também ao mesmo tempo, produto do trabalho de outros indivíduos agindo e transformando outros objetos (metal, madeira etc.). Desta forma, ao manusear um martelo, o ser humano interage, indiretamente, também com aquele que, por meio de seu trabalho, construiu o martelo.

determinadas condições históricas e sociais exerce sobre o produtor direto alguma forma de dominação; é a atividade que ao invés de produzir as necessidades de subsistência do homem, cria apenas os meios de subsistência, uma vez que transforma-se em trabalho assalariado. Sob o domínio do capital, o trabalho assume sua dimensão abstrata e opera no sentido da desrealização do ser social. Em outras palavras, o trabalho no capitalismo desumaniza quem o realiza já que o resultado do processo de trabalho (produto) é alheio ao trabalhador. Além disso, observa-se que não só o produto, mas também o processo de trabalho é alienado do indivíduo que o executa. A atividade de trabalho, portanto, pertence a outro. “O resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio e estranho ao produtor. Tem-se, então, que essa realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador” (ANTUNES, 2005)

Desta abstração do trabalho na ordem do capital deriva a dialética de riqueza e miséria, de acumulação e privação. Quanto mais valor o trabalhador cria, mais desvalorizado é o trabalho. Nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, Marx demonstra a desrealização promovida pelo trabalho abstrato.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha, e quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*¹¹. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer as necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremgheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2010).

¹¹ Grifo no original.

Para Ricardo Antunes (2005) reside justamente na não compreensão desta dupla dimensão do trabalho elaborada por Marx a raiz dos equívocos e inconsistências das teses que preconizam o fim da centralidade do trabalho.

A desconsideração dessa dupla dimensão presente no mundo do trabalho, que lhe dá complexidade, vem fazendo com que muitos autores entendam equivocadamente a crise da sociedade do trabalho abstrato como a expressão da crise da sociedade do trabalho concreto. E, desse modo, faz com que defendam equivocadamente o fim do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 74).

Mas, além desta incompreensão da dimensão ontológica do trabalho, as teses que deslocam o trabalho de sua centralidade também pecam pela observação apressada da realidade concreta e das configurações do trabalho no cotidiano das sociedades capitalistas.

A concretude do trabalho no capitalismo contemporâneo

Se é verdade que o fenômeno da desproletarização impactou de forma acentuada os países centrais, expressando a redução significativa da classe operária fabril nos países centrais do capitalismo, é também verdadeira a constatação de que há um processo de hipertrofia do setor de serviços e a expansão do trabalho assalariado mediados pelo desenvolvimento de formas de subproletarização tais como os regimes de trabalho em tempo parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. A reestruturação produtiva, conforme apontado acima, promoveu crescentes índices de desemprego e a heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Desta forma, é

fundamental operar uma análise criteriosa da realidade concreta do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, compreendendo a real dimensão desta categoria no cotidiano das populações submetidas ao sistema regido pelo capital.

A observação realizada por David Harvey (1992) é de que os mercados de trabalho, especialmente nos países centrais, revelam uma tendência de redução no número de trabalhadores ocupados em empregos centrais na mesma medida em que aumenta o número de trabalhadores que flutuam pelo mercado de trabalho, dada a grande facilidade e os reduzidos custos de demissões, sobretudo a partir das reformas neoliberais dos Estados e a flexibilização das legislações trabalhistas em diversos países.

O uso das mais avançadas tecnologias na produção de mercadorias indica uma alteração substancial na relação entre trabalho vivo e trabalho morto na produção de mercadorias. O trabalho vivo, ou capital variável na terminologia marxiana, compreende a ação humana envolvida diretamente na produção, ou seja, a força de trabalho humana atuando na confecção das mercadorias; o trabalho morto, ou capital constante, é todo o trabalho humano já objetivado em ferramentas, máquinas, infraestrutura e outras tecnologias aplicadas à produção das mercadorias. Quando se nota, como acontece a partir do processo de reestruturação produtiva, a redução do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto, observa-se o crescimento da produtividade – produz-se mais em menos tempo – e a queda da taxa de lucro, conforme assinalado anteriormente.

Na teoria do valor trabalho de Marx, o valor da mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, uma vez que é o tempo de trabalho coagulado na mercadoria que

garante a possibilidade de equivalência entre as diferentes mercadorias e, portanto, a possibilidade de trocá-las. Nas palavras de Marx, “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas poder ser apenas de quantidade diferente (...)” (MARX, 2013, p.116). O avanço tecnológico representado pela revolução microeletrônica, robotização, automação e, mais recentemente, pela inteligência artificial, reduz o tempo de trabalho socialmente necessário e, portanto, o valor da mercadoria. Assim, para garantir os níveis de lucro é necessário para o capital reduzir o custo do trabalho vivo, ou seja, o preço da força de trabalho. Em outras palavras, o advento tecnológico intensifica a exploração do trabalho no capitalismo por meio da redução dos salários e dos direitos trabalhistas.

Poder-se-ia advertir que nos países centrais do capitalismo, em especial naqueles que passaram por reformas mais brandas e graduais em suas legislações de proteção social e nas estruturas do Estado, como França e Alemanha, por exemplo, que o desenvolvimento das forças produtivas e a reestruturação produtiva possibilitaram o crescimento de postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados. No entanto, é preciso observar a dinâmica de acumulação capitalista em nível global. A relação centro-periferia no sistema capitalista é, desde sempre, peça chave para a compreensão deste sistema. O mais recente processo de mundialização do capital, que ganha corpo a partir da reorganização do regime de acumulação no final dos anos de 1970 e torna-se hegemônico em meados dos anos de 1980 e 1990, com a falência da União Soviética, revela a atualidade e a importância da dependência dos países periféricos como componente fundamental para o funcionamento do sistema. Assim, se é fato que o

avanço tecnológico traz o incremento de postos de trabalho mais qualificados, intelectualizados e melhor remunerados, também é verdadeira a constatação de que na periferia do sistema intensifica-se a superexploração do trabalho por meio tanto da redução do preço da força de trabalho quando pela desregulamentação do mercado de trabalho e flexibilização de direitos trabalhistas. Neste sentido, é reveladora a pertinência e atualidade da Teoria Marxista da Dependência¹² na qual a dependência deve ser entendida como uma relação de subordinação entre nações e que as relações de produção das nações subordinadas/dependentes se moldam de acordo com as necessidades dos países centrais, reforçando, portanto, a própria dependência. Para Amaral e Carcanholo (2009),

Analisando o processo de constituição da economia mundial que integra as economias nacionais ao mercado global, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho (AMARAL; CARCANHOLO, 2009).

Vale ressaltar que o avanço tecnológico experimentado pelos países desenvolvidos é um processo articulado com a dependência tecnológica dos

¹² Embora seja de grande relevância para o desenvolvimento de alguns argumentos deste artigo, não cabe aqui desenvolver profunda e pormenorizadamente os preceitos fundamentais da Teoria Marxista da Dependência. Ver mais em Marini (2000) e Dos Santos (2015).

países da América Latina, África e Ásia¹³. E esta dependência tecnológica não pode ser explicada senão pela definição precisa dos papéis atribuídos aos diferentes países na divisão internacional do trabalho, redefinida a partir dos anos 1980. De acordo com Breda (2019),

Esta reorganização da reprodução do capital em nível mundial reatualizou a velha oposição entre países centrais e produtores de bens industriais e países dependentes e produtores de matérias primas e alimentos, mas também introduziu a segmentação da produção industrial através das cadeias globais de valor, cuja lógica, reconhecida pelos especialistas no tema, é a concentração das etapas estratégicas da produção nos países centrais e o deslocamento dos segmentos não estratégicos e, em geral, intensivos em mão de obra, aos países dependentes (BREDA, 2019).

O que se busca aqui é revelar que muitas das teses que colocam em questão a centralidade do trabalho na reprodução capitalista incorrem em um desvio fundamental: não compreender a dinâmica de acumulação capitalista em sua dimensão global e integrada na qual prevalecem relações de subordinação e dependência. Se o trabalho tipicamente fordista está em vias de desaparecimento nos países centrais, ele ainda subsiste na periferia do sistema e se o avanço tecnológico traz transformações substanciais nas condições de trabalho e nas relações sociais de produção no centro no capitalismo, nas bordas a dependência tecnológica é condição estrutural do subdesenvolvimento.

Neste sentido, como se pode constatar, muitas das teses que advogam o fim da centralidade do trabalho ou a superação da sociedade do trabalho no capitalismo pós-fordista são essencialmente eurocentradas, isto é, focalizam a perspectiva analítica a partir, única e exclusivamente, na

¹³ Com exceção, é claro, de China, Coréia do Sul e Japão.

realidade dos países centrais do capitalismo europeu e, quando muito, estadunidense, que guardam em si um complexo de contradições e a coexistência de estruturas de produção fordista e toyotista.

Além disso, mesmo diante da realidade dos modelos avançados de reestruturação produtiva dos países centrais, alguns elementos fundamentais escapam às análises destes pensadores. O sociólogo brasileiro Ricardo Antunes resalta a importância que deve ser dada aos novos padrões de gestão da força de trabalho nos regimes de acumulação flexível. As células de gestão, os círculos de controle de qualidade, a gestão participativa e o trabalho semiautônomo representam formas avançadas de controle da subjetividade dos trabalhadores e relacionam-se ao mito do empreendedor (ANTUNES, 2015). A atomização do trabalhador, ele próprio responsável pelo seu desempenho e responsabilizado pela produtividade da empresa, fragmenta a classe, transforma cada indivíduo em uma empresa em constante concorrência com outras. Ao mesmo tempo, a produção controlada por grupo de trabalhadores e os ganhos por produtividade transformam equipes em chefia.

Ainda para o Antunes (2015), a introdução do Toyotismo na Europa representou a busca de saídas para a crise do capital que não fossem além do capital. Desta forma, a necessidade de convivência e colaboração entre as classes sociais impregna na classe trabalhadora a ética de viver o sonho do capital. É nesta toada que é disseminada a ideologia do “colaborador”, que substitui a figura do operário-trabalhador; do “espírito Toyota” e “família Toyota”¹⁴ que conduz o trabalhador para um simulacro

¹⁴ Lemas utilizados pela empresa japonesa e disseminado com o processo de reestruturação produtiva.

de acolhimento e envolvimento. Ademais, a participação controlada confere novos delineamentos para o processo de estranhamento do trabalho no Toyotismo. Não é mais apenas a força física de trabalho, o dispêndio de energia do trabalhador que é apropriado pelo capital, mas também seu intelecto, sua capacidade de raciocínio, sua energia psíquica, sua subjetividade. O capital se apropria do fazer e do saber, do trabalho manual e do trabalho intelectual. A subsunção do ideário do trabalhador ao capital não se dá mais pela via despótica – como no fordismo – mas sim pelo consenso. “Este [trabalho], na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho” (ANTUNES, 2015, p.54). Em resumo, no modelo de produção flexível, preserva-se o caráter fetichizado da mercadoria e não há possibilidade de atividade autodeterminada em todas as fases do processo de trabalho.

Considerações finais: a centralidade política do trabalho e a atualidade dos conceitos de classes sociais e luta de classes

A reestruturação produtiva trouxe impactos significativos para a dinâmica dos trabalhadores. Ao passo que aumentaram as exigências de qualificação da força de trabalho, as formas mais selvagens de exploração do trabalho voltam à tona na atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Em relação aos sindicatos, a ameaça constante de desemprego, a descentralização da produção, que busca transferir parques produtivos para regiões menos sindicalizadas e com legislação trabalhista mais frágil e a

desregulamentação do mercado de trabalho provocam a fragmentação das organizações sindicais e impõe uma miríade de obstáculos para a mobilização efetiva dos trabalhadores. No campo da luta política, os partidos de esquerda, de viéses socialista e comunista, amargam um refluxo ao longo das décadas de 1980 e 1990, e o vácuo deixado por estas organizações é rapidamente preenchido pelo surgimento de partidos sociais-democratas e trabalhistas, devidamente domesticados pelo neoliberalismo¹⁵ (MATTOS, 2007).

Como apontado extensamente no desenvolvimento deste artigo, este cenário levou à elaboração de teses que apontavam para o esgotamento das possibilidades de se analisar a realidade social contemporânea a partir de critérios de classe. No entanto, a realidade empírica, objetiva, demonstra claramente a permanência da desigualdade entre produtores diretos e proprietários dos meios de produção. Nesse sentido, a heterogeneidade da classe trabalhadora deve ser compreendida nos marcos da luta de classes e revelam as estratégias do capital para alavancar a produtividade a partir do esforço para diversificar as formas de exploração (Idem). Conforme ressalta Mattos,

Fatores como a maior presença da força de trabalho empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal de trabalho, entre trabalho em tempo parcial e integral etc.) podem ser mais bem entendidos assim como elementos que, embora não possam nem devam

¹⁵ Vale ressaltar que, embora o choque neoliberal no Reino Unido tenha sido inaugurado por Margaret Thatcher, do Partido Conservador, o Partido Trabalhista foi responsável pela continuidade da agenda de ajustes e reforma do Estado. Em outro contexto, o Partido dos Trabalhadores, apesar das importantes políticas de inclusão social e redução das desigualdades, manteve em curso o projeto neoliberal posto em prática nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

ser desprezados, indicam não o fim, mas uma mudança no perfil da classe, uma nova etapa da sua formação (ou uma reformação), como outras que ocorreram ao longo dos últimos dois séculos da história da classe trabalhadora e de suas lutas contra o capital (MATTO, 2007, p. 54).

A resposta a este esforço de diversificação é demonstrada pela reconfiguração das organizações de classe e as formas de resistência e luta dos trabalhadores. As transformações do capitalismo exigiram a articulação entre movimentos sociais e sindicatos, ambos aqui entendidos como instrumentos legítimos de luta dos trabalhadores. A emergência dos movimentos antiglobalização e de iniciativas como o Fórum Social Mundial também dão sentido para as novas alternativas e estratégias dos trabalhadores. O que se ressalta é que o *locus* da luta de classes não é mais exclusivamente o local de produção, mas que esta luta se inscreve em todos os âmbitos da vida social e revela-se nas lutas por moradia, por mobilidade, por empregos e políticas sociais.

É a convergência entre a hegemonia neoliberal, a precarização das formas de trabalho e o crescimento global da força de trabalho que levam à intensificação das lutas sociais nas últimas décadas e que estas lutas estão centradas nas pautas relativas à mercantilização do trabalho, dos cortes salariais, das retiradas de direitos sociais e às reformas trabalhistas e previdenciárias em diversos países (BRAGA, 2017). Nesta mesma direção, o grande desafio posto às organizações da classe trabalhadora, entre as quais, destacam-se os movimentos sociais emancipatórios é buscar uma representação cada vez mais ampla do trabalho e da ideia de classe trabalhadora, uma vez que precisa abranger desempregados, subempregados, precários, intermitentes, terceirizados etc.

Diante do exposto neste artigo, é possível caminhar para uma reflexão fundamental: é inviável pensar a sociabilidade humana sem o trabalho. A sociedade humana é, neste sentido, ontologicamente uma sociedade do trabalho. O capitalismo se apresenta como uma sociedade do trabalho sob uma forma social específica, histórica e socialmente determinada. E a sociedade organizada sob o domínio do capital é incapaz de se reproduzir ou conservar, isto é, de acumular riquezas, sem trabalho, ainda que, contraditoriamente, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo tenda a reduzir o trabalho vivo na medida em que aumenta o trabalho morto (MAAR, 2006).

Se as transformações nas formas de organização da produção capitalista no último meio século trouxeram consequências na morfologia do trabalho, é preciso pensar este novo cenário nos marcos da luta de classes. A complexificação da classe trabalhadora impõe não só um esforço analítico novo para a compreensão de sua dinâmica como também novas estratégias de organização e luta social.

Referências bibliográficas

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis.** v. 12, n. 2, Florianópolis, jul-dez, 2009.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus aos trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

ARON, R. **Dezoito lições sobre a sociedade industrial.** Brasília: Martins Fontes, Ed. UnB, 1981.

BATISTA, E.; MORAES, L. de C. G. A inserção do Brasil na financeirização capitalista e as articulações no mundo do trabalho: os setores bancário e industrial. **Revista Novos Rumos.** Marília, v. 49, n. 1, jan-jun 2012, pp. 139-158.

BRAGA, R. **A política do precariado:** trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BREDA, D. M. **Ensaio sobre a cegueira:** indústria 4.0 na América Latina. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal2/24604/ensaio-sobre-a-cegueira-industria-4-0-na-america-latina/> (Acesso em 20/04/2020).

CORIAT, B. Autômatos, robôs e classe operária. **Novos Estudos Cebrap,** n.2, julho/1983.

CHAGAS, E. A Determinação Dupla do Trabalho em Marx: trabalho concreto e trabalho abstrato. **Revista Outubro.** São Paulo, v. 1, pp. 1-14, 2011.

DOS SANTOS, T. **Teoria da Dependência:** Balanços e Perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.

FIORI, J. L. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, 7(2), 1997, pp. 129-147.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1982.

HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos,** n. 18, setembro, 1987.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

- LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, Hucitec, 1978
- LESSA, S. Centralidade do trabalho: qual centralidade? **Revista de Ciências Humanas – UFSC**, v. 15, n. 22, 1997.
- LÉVI-BRUHL, L. A teoria do Estado em Hegel. **Princípios** – Revista de Filosofia. Natal, RN, v. 20, n. 33, jan-jun, 2013, pp.653-671.
- MAAR, W. L. A dialética da centralidade do trabalho. **Ciência e Cultura**. v. 58, n. 4, São Paulo, out-dez, 2006.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, M. B. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. n. 20, 2007, pp. 33-55.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.
- NEGRI, A.; LAZZARATO, M. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PONGE, R. 1968, dos movimentos sociais à cultura. **Organon**. Porto Alegre, n. 47, julho-dezembro, 2009, pp. 39 – 55.
- SILVA, J. P. da. A crise da sociedade do trabalho em debate. **Lua Nova**, n. 35, 1995, pp. 167-181.